

Estudos interseccionais da deficiência: experiências sexistas e capacitistas vivenciadas por uma estudante cega no ensino superior

Intersectional studies of disability: sexist and ableism experiences by a blind student in higher education

Estudios interseccionales de la discapacidad: experiencias sexistas y de empoderamiento de una estudiante ciega en la enseñanza superior

Recebido: 28/03/2023 | Avaliado: 02/05/2023 | Publicado: 05/06/2023

Andreza Vidal Bezerra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7210-2853>

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil

andreza Vidal@hotmail.com

Adenize Queiroz de Farias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5377-6529>

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil

adenize.queiroz@gmail.com

Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil

ritam.pgedufrn@gmail.com

Resumo

Na atualidade, após avanços no tocante aos estudos feministas da deficiência, tornou-se possível observar através de um viés interseccional, que mulheres com deficiência são duplamente afetadas por estruturas opressoras. Nesse sentido, este artigo objetiva explicitar experiências de participação de uma mulher com deficiência no âmbito do ensino superior por meio da Metodologia História de Vida, através da qual é possível a partir de uma trajetória individual, evidenciar particularidades de um coletivo. Consideramos, a partir dos achados no presente estudo, que as crenças equivocadas acerca da incapacidade das discentes com deficiência parecem ainda estar longe de ser superadas mesmo no ambiente universitário, havendo discursos e práticas ainda vigentes que atribuem a tais mulheres uma condição de fragilidade/vulnerabilidade tornando-as impossibilitadas, seja no tocante à produção de conhecimento, seja no cumprimento das tarefas demandadas a um profissional em formação.

Palavras-chave: Gênero; Deficiência; Ensino Superior.

Abstract

Nowadays, after advances in the feminist studies of disability, it has become possible to observe through an intersectional bias, that women with disabilities are doubly affected by oppressive structures. In this sense, this article aims to explain the participation experiences of a woman with disability in higher education through the Life History Methodology, through which it is possible, from an individual trajectory to evidence particularities of a collective. We consider, from the findings of the present study, that the mistaken beliefs about the inability of students with disabilities seem to be far from being overcome even in the university environment, with discourses and practices still in force that attribute to such women a condition of fragility/vulnerability making them unable, either with regard to the production of knowledge, either in the fulfillment of the tasks required of a professional in training.

Keywords: Gender; Disability; Higher Education.

Resumen

Actualmente, tras los avances en los estudios feministas de la discapacidad, se ha podido observar a través de un sesgo interseccional que las mujeres con discapacidad se ven doblemente afectadas por las estructuras opresivas. En este sentido, este artículo pretende explicar las experiencias de participación de una mujer con discapacidad en la educación superior a través de la Metodología de Historia de Vida, mediante la cual es posible, a partir de una trayectoria individual, evidenciar particularidades de un colectivo. Consideramos, a partir de los hallazgos de este estudio, que las creencias erróneas sobre la incapacidad de las estudiantes con discapacidad aún parecen estar lejos de ser superadas incluso en el ámbito universitario, con discursos y prácticas aún vigentes que atribuyen a dichas mujeres una condición de fragilidad/vulnerabilidad que las hace incapaces, ya sea en lo que respecta a la producción de conocimiento, ya sea en el cumplimiento de las tareas exigidas a un profesional en formación.

Palabras clave: Género; Discapacidad; Educación Superior.

Introdução

A partir dos estudos acerca da deficiência, percebe-se que, por séculos, esses indivíduos tiveram o direito a uma vida digna usurpados. Quando nos transportamos para a atualidade, fica evidente que ainda se permanece no imaginário e nas práticas sociais uma série de preconceitos como resquícios deste processo histórico.

Além do histórico de exclusão das pessoas com deficiência, é visível o quanto as mulheres também perpassam por uma série de opressões em razão do gênero, principalmente no âmbito do trabalho, contexto no qual estas tiveram historicamente suas atividades trabalhistas subordinadas aos homens, em razão da estrutura patriarcal de nossa sociedade.

Porém, a partir dos anos 70, o qual foi nitidamente intensificado pelos movimentos sociais, estas mulheres se mobilizaram com maior ênfase nos variados espaços. “Já durante as décadas de 80 e 90, a luta feminista avança ainda mais, passando a tratar sobre questões do corpo da mulher, como sexualidade, aborto, saúde sexual, reprodução, violência sexual e outros” (Segato, 2019, p. 33).

Diante de tal contexto, as mulheres com deficiência foram historicamente marcadas por uma dupla vulnerabilidade, o gênero e a deficiência. Nesse sentido, faz-se necessário o fomento de estudos que abordem essa condição humana de forma interseccional, intencionando não apenas sensibilizar em relação à causa, mas também denunciar estruturas pouco sensíveis à diversidade humana.

No contexto deste artigo, o qual trata-se de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: O CAPACITISMO NA EXPERIÊNCIA FEMININA: TRAJETÓRIA DE UMA ESTUDANTE CEGA NO ENSINO SUPERIOR, (Bezerra, 2021), objetivamos, explicitar experiências de participação de uma mulher com deficiência no âmbito do ensino superior por meio da Metodologia História de Vida, através da qual é possível a partir de uma trajetória individual, evidenciar particularidades de um coletivo.

Para tanto, o estudo será organizado da seguinte maneira: inicialmente apresentamos articulações entre gênero e deficiência, em seguida, analisamos os dados coletados à luz dos estudos feministas da deficiência. Por fim, nossas considerações finais a respeito da discussão.

Gênero e Deficiência: Possíveis articulações

Este estudo tem como premissa os avanços no tocante às concepções acerca da deficiência emergentes na década de 1990, contexto histórico a partir do qual as mulheres com deficiência egressas das Instituições de Ensino Superior, lançaram os Estudos Feministas da Deficiência, os quais além das características hiper focadas na interdependência entre os indivíduos, destacaram a existência de corpos que necessitam de cuidados, potencializando a concepção de que esse fato não os torna inferiores a outros corpos com deficiência.

Com base nesta concepção, emerge a ética do cuidado, posto que, culturalmente é direcionado à mulher o papel de atender as demandas do lar, especialmente das pessoas com deficiência que o compõem. Dessa forma, verifica-se que é recorrente o fato de que muitas mães renunciam aos seus projetos de vida pessoal e profissional assumindo o papel de prestadoras de cuidados primários das pessoas na condição de deficiência (Constantino; Luiz, 2020, p.115).

Além disso, vale destacar que “[...] o cuidado é um elemento fundamental para a manutenção da vida e da dignidade humana.” (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 359). É a partir deste ponto de vista que a ética do cuidado antecede a interdependência como princípio inerente à relação humana, visto que em algum momento de nossas vidas, certamente dependemos uns dos outros, circunstância que não se configura como algo particular das pessoas com deficiência.

Outra contribuição afluída através do olhar feminista da deficiência, está relacionado ao caráter interseccional deste viés teórico, o qual articula a condição da deficiência a outros marcadores de vulnerabilidade, como gênero, raça, classe, entre outros. A partir de tal articulação, torna-se possível denunciar e visibilizar a complexidade de fatores excludentes que estão para além da lesão corporal.

Neste sentido, esta concepção indica uma oportunidade de articulação entre a opressão resultante da condição da deficiência (capacitismo) e as estruturas opressoras de gênero (sexismo), as quais denunciam as diferenças explicitamente construídas entre homens e mulheres.

Apoiado numa estrutura corponormativa, a partir da qual a sociedade estabeleceu historicamente uma ideia de corpo funcional e um determinado padrão a ser seguido, emerge o capacitismo, palavra adotada com a intenção de nomear uma forma de preconceito já existente, debater e agir contra atitudes que de alguma forma questionam as potencialidades de uma pessoa pelo simples fato de estarem na condição de deficiência.

[...] o capacitismo faz alusão a uma opinião desfavorável sobre a pessoa com deficiência, uma opinião prévia, muitas vezes, baseada no imaginário acerca da pessoa com deficiência, no qual esta é vista como alguém sem capacidade de ter autonomia e independência para gerir a própria vida (Marchesan; Carpenedo, 2021, p.52).

Já o sexismo, fundamenta-se nos preceitos do patriarcado, através do qual compreende-se que as mulheres são frágeis e menos capazes que os corpos masculinos. Além disso, a partir dos estudos de Lips (1993) podemos considerar o sexismo como uma forma de preconceito, o qual se reflete em práticas de inferiorização das mulheres e meninas em relação aos homens.

A figura feminina foi atrelada, historicamente, à representação de um papel social bem definido predominando a ideia de submissão, devendo ela obediência ao homem, sem nenhum direito de se expressar ou agir conforme sua vontade. Não existia a utilização da “força feminina” em nenhum lugar que não fosse dentro de sua casa, fazendo tarefas domésticas (Segato, 2019, p. 33).

É a partir desta perspectiva que, por vezes, as mulheres se mantêm em um permanente estado de condicionamento de seus desejos às vontades de uma representação masculina, seja seu pai, namorado, chefe, entre outros, opressão que se acentua no caso daquelas mulheres que experienciam o entrecruzamento com outros marcadores da desigualdade humana, a exemplo da deficiência.

A partir desta perspectiva, é possível perceber que os papéis antagônicos assumidos por cada um deles e delas na sociedade estão intimamente articuladas as relações hierárquicas de opressão, submissão, subordinação, sendo o corpo o principal instrumento de controle e poder do homem para com a mulher e do não deficiente para com pessoas com deficiência. Nesta correlação, percebe-se que uma das características historicamente marcantes nas vidas femininas e igualmente nas trajetórias de pessoas com deficiência, desrespeito ao silenciamento destes indivíduos (Araújo, 2005).

Diante deste fato compreendemos que:

[...] os estudos sobre deficiência partem do mesmo pressuposto político e teórico do feminismo - o de que a desigualdade e a opressão contra grupos vulneráveis devem ser combatidos - e [...] que o início da estruturação dos estudos sobre deficiência pautou-se largamente no modelo analítico dos estudos de gênero que supunham a diferenciação entre sexo (natureza) e gênero (social), o que, no campo da deficiência, passou a ser compreendido como a diferença entre lesão (natureza) e deficiência (social) (Diniz, 2003, p. 01).

Apesar das complexas problemáticas que atravessam as vivências das mulheres com deficiência, percebe-se que "No Brasil, esta é uma perspectiva teórica pouco explorada, resultando, numa frágil articulação tanto no universo da pesquisa científica, como na experiência dos movimentos sociais" (Farias, 2020, p. 4).

Tal afirmação pode ser constatada no âmbito desta pesquisa, por meio de uma revisão da literatura que trata da participação da pessoa com deficiência no ensino superior, a partir da qual foi possível identificar uma diversidade de estudos (Onofre et al., 2021; Araújo, 2021 e Gomes et al., 2021), entretanto, quando se estabelece um recorte de gênero ao debate, essa discussão ainda é incipiente.

A partir deste viés, merecem destaque os estudos de Corrêa e Araújo (2021), como também Silva (2017). O primeiro artigo objetivou analisar as questões que envolvem o acesso e a permanência das

mulheres com deficiência através de uma análise de documentos do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES/UFF) e da Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA), por meio do qual foi possível identificar que na primeira Instituição sequer havia um sistema que quantificasse a matrícula de estudantes nesta condição, já a segunda pesquisa aponta que houve o ingresso de 56 alunas e 66 alunos com deficiência, sendo a maioria dos concluintes mulheres (18), o que para as autoras:

Confirma que as mulheres, mesmo acumulando tantos outros papéis sociais e ainda carregando consigo os paradigmas das deficiências, ainda conseguem conquistar este espaço mais que os homens. Nesse sentido, os dados nos apontam que há cada vez mais a necessidade e se investir em políticas inclusivas que possam possibilitar a todos e a todas não apenas ingressarem, mas concluírem com autonomia e dignidade o nível superior de ensino (Corrêa; Araújo, 2021, p. 11).

Já o segundo artigo objetivou apresentar uma revisão de literatura das produções que articulam acessibilidade, gênero e educação superior entre os anos de 2013 e 2017 em diferentes países, totalizando 72 pesquisas encontradas. Apesar do quantitativo considerável de achados, “as palavras ausentes como ‘gênero’ e ‘mulher’ validaram a hipótese do projeto de pesquisa quanto à relevância acadêmica de introduzir estes conceitos na análise sobre acessibilidade na educação superior” (Silva; González-Gil, 2017, p. 618).

Em virtude dessa constatação, a qual não se aplica apenas ao Brasil, a Organização das Nações Unidas (ONU) no artigo 6º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reconhece que [...] as mulheres meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

A partir dessa premissa, compreendemos que estudar a temática, viabiliza aos pesquisadores um olhar mais amplo acerca da deficiência e das variadas circunstâncias que, para além dos limites biológicos, prescrevem experiências de exclusão e discriminação, tão frequentes no cotidiano destas pessoas, particularmente no cotidiano das mulheres nesta condição.

Em contraposição a esse histórico contexto de invisibilidade e negação de direitos, a seguir apresentamos o percurso metodológico utilizado para a elaboração deste estudo, o qual tem como propósito explicitar as experiências de permanência das mulheres com deficiência no Ensino Superior.

Metodologia

Pesquisar as barreiras periodicamente experienciadas por mulheres com deficiência no ensino superior, manifesta-se na atualidade como uma ação de extrema relevância, visto que “Apesar das desvantagens e barreiras específicas que sofre as mulheres com deficiência durante sua vida e percurso

escolar, a literatura, as leis ainda são tímidas em abordar os aspectos da vida deste coletivo” (Silva, 2020, S/P).

A abordagem qualitativa, constitui um caminho viável no sentido de evidenciar uma problemática presente nesta investigação, pois parece estar em concordância com os objetivos propostos nesta pesquisa, posto que a partir desta metodologia:

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes (Godoy, 1995, p. 21).

A partir deste olhar, utilizamos como base, a metodologia História de Vida, a fim de fomentar discussões acerca das diversas problemáticas vivenciadas no cotidiano das mulheres com deficiência no ensino superior, considerando sobretudo a voz e a experiência destas mulheres.

Através da metodologia escolhida, torna-se possível compreender as articulações entre aspectos individuais e coletivos, como também atualizar informações do passado, visando uma percepção mais nítida dessa história (Farias, 2017).

Segundo Abrahão (2003, p. 80), nesta abordagem metodológica, recomenda-se utilizar para o processo de coleta dos dados recursos como: “[...] narrativas, história oral, fotos, vídeos, filmes, diários, documentos em geral”. Neste estudo, em particular, nos debruçamos na história oral, por concebê-la como de fundamental importância, no sentido de dar voz aos grupos historicamente silenciados, sobretudo, as mulheres com deficiência.

Como instrumento para a coleta dos dados, utilizou-se a plataforma Google Meet, por meio da qual foi possível realizar a entrevista, considerando o fato de estarmos em um momento de distanciamento social, tão necessário em virtude da pandemia estabelecida pela COVID-19.

Além disso, destacamos que este artigo cujos dados foram obtidos por meio da pesquisa realizada para o TCC “O CAPACITISMO NA EXPERIÊNCIA FEMININA: TRAJETÓRIA DE UMA ESTUDANTE CEGA NO ENSINO SUPERIOR, (Bezerra, 2021), seguindo as recomendações do Comitê de Ética e Pesquisa e aprovado por meio de parecer número: 5.112.960, a fim de garantir e assegurar maior legitimidade desta pesquisa, como também à participante da mesma, a qual aceitou por meio de Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE) a identificação de seu nome.

Por fim, destacamos que a escolha por Priscilene Matias dos Santos, estudante do curso de Terapia Ocupacional enquanto convidada para o alcance dos resultados pretendidos neste estudo, se deu em razão do sua atuação na comunidade acadêmica, visto que a mesma desenvolve uma efetiva participação em diversos espaços da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seja enquanto bolsista em projeto de extensão, seja como representante do coletivo de estudantes com deficiência.

A seguir apresentamos os resultados da investigação, discutindo como o gênero e a deficiência se inter cruzam na experiência de estudantes do ensino superior, informações que emergiram dos relatos da depoente.

A permanência de estudantes com deficiência no ensino superior: uma discussão articulada a partir de gênero e deficiência

O processo de permanência no âmbito do ensino superior, e, mais que isso, o caminho percorrido por cada discente no decorrer do curso constitui elementos relevantes no processo formativo de um bom profissional (Silva et al., 2019).

É nesse sentido, e ainda, considerando que mais que tão somente estar vinculado a um curso superior, faz-se de suma importância obter condições que viabilizem a estudantes com deficiência o acesso pleno aos conteúdos, às atividades avaliativas e aos variados espaços da universidade em igualdade de condições com os demais.

Houve um tempo que eu fiquei sem apoio e não tinha como me deslocar da sala para os outros ambientes, para almoçar por exemplo, por falta de acessibilidade (Entrevista, 2021).

No âmbito da UFPB, existem alguns recursos que colaboram no processo de inclusão e acessibilidade dos estudantes com deficiência, entre os quais destaca-se o Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência, mencionado por Priscilene. Este apoio estudantil, o qual passa por um processo seletivo para desempenhar o trabalho de acompanhamento com vistas a minimização das barreiras de cunho arquitetônico e pedagógico, é um forte aliado dos estudantes com deficiência da instituição.

Porém, mais que um apoio visando o acesso às salas de aula, torna-se imprescindível possibilitar o domínio dos conteúdos, o que no caso das pessoas com deficiência visual, condição da mulher entrevistada neste estudo, demanda atenção para a formatação acessível dos materiais disponibilizados.

Tive disciplinas muito visuais, quando minhas apoiadoras conseguiam passar, tudo bem, mas quando não, era muito difícil (Entrevista, 2021).

É em situações como essas destacadas por Priscilene que nos deparamos com capacitismo no Ensino Superior. Tal fato evoca o seguinte questionamento: Para que a Universidade deveria se tornar um ambiente acessível, se na concepção capacitista não faria sentido pessoas com deficiência frequentarem este espaço?

A partir desta cosmovisão equivocada, pressupõe-se ser desnecessário a Universidade dispor de uma estrutura e medidas que favoreçam a permanência dos estudantes com deficiência, o que apesar de se constituir como uma garantia no marco regulatório brasileiro, tem sido em muitos casos desconsiderado pela gestão universitária.

É nesse sentido que, por falta de uma acessibilidade estrutural, por vezes, os estudantes com deficiência ficam impedidos de se deslocar para outros espaços no interior do campus, e, conseqüentemente, participar de outras atividades acadêmicas e/ou de interação social com seus pares.

Em uma disciplina de anatomia, no dia da prova, ficou acordado que ela iria me mostrar o músculo e eu diria qual seria. Só que as peças que estava estudando eram melhores, mas no dia da prova ao final a professora disse: Eu entreguei os piores músculos mas ela acertou (Entrevista, 2021).

As práticas pedagógicas também explicitam o quanto o capacitismo está enraizado inclusive na concepção dos docentes universitários. Na fala dessa professora, subjaz a ideia de que Priscilene seria incapaz de lograr êxito nas atividades avaliativas mais complexas em razão da deficiência.

Apesar do relato acima demonstrar que é preciso avançar rumo ao desmonte de atitudes capacitistas, as quais colocam em xeque a capacidade de pessoas em razão da deficiência, existe, por outro lado, aqueles que, mesmo não possuindo formação mais aprofundada de como tornar uma aula mais acessível a estes estudantes, demonstram através de pequenas iniciativas, indicativos de que é possível fazer a inclusão acontecer.

Uma experiência positiva foi quando uma professora entrou e disse: todo mundo vai girar com todo mundo. Talvez se ela tivesse dito: formem duplas entre vocês, eu viesse a ficar sem dupla (Entrevista, 2021).

Além de incentivar a relação com aqueles que são diferentes dos colegas de sua turma, práticas como essas podem corroborar numa minimização da ideia de que, uma pessoa por ser cega não venha contribuir na resolução de uma atividade acadêmica.

Como vimos, o capacitismo marca perversamente o processo de permanência de estudantes com deficiência na universidade, cuja convivência, muitas vezes, se torna restrita aos colegas apoiadores, o que pode se dar, inclusive, em razão dos rótulos que indivíduos sem deficiência atribuem aos corpos considerados fora da norma, como apontado em discussões anteriores, o que diminui consideravelmente as chances de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior.

Considerações Finais

Diante das exigências de uma sociedade corponormativa, para as mulheres, e, em particular, aquelas que experienciam a deficiência, as crenças equivocadas acerca de sua incapacidade parecem ainda estar longe de ser superadas mesmo no ambiente universitário.

Nessa perspectiva, discursos e práticas ainda vigentes, atribuem a tais mulheres uma condição de fragilidade/vulnerabilidade tal, que as torna impossibilitadas, seja no tocante à produção de conhecimento, seja no cumprimento das tarefas demandadas a um profissional em formação.

Cientes de que tais concepções carecem ser urgentemente contrapostas e ainda, considerando a necessidade de ressignificar o olhar da sociedade em relação a deficiência, acreditamos que evidenciar experiências exitosas que retratam a participação de tais mulheres, implica em um contributo significativo a gestão, ao corpo docente e aos diversos segmentos que compõe a comunidade acadêmica.

Com isso não se pretende enaltecer ações particularizadas de determinados indivíduos, mas sobretudo, dar voz a grupos historicamente silenciados, cujas trajetórias bem sucedidas evidenciam plenas possibilidades de participação, desde, é claro, que sejam eliminadas as inúmeras barreiras tão recorrentes no cotidiano desses estudantes.

Diante do exposto, além de fomentar um diálogo junto à comunidade acadêmica, no sentido de propor iniciativas que venham fortalecer a luta anticapacitista, a partir dessa narrativa, espera-se, despertar outras mulheres, com ou sem deficiência, a fim de que tomem consciência de seu papel e de seu compromisso na construção de ambientes mais acolhedores e inclusivos no contexto do ensino superior.

Espera-se, finalmente, que esta leitura motive o engajamento de pesquisadores que investigam acerca dos estudos da deficiência, como também estudiosos da área de gênero, para que possam produzir debates interseccionais, processo que passa necessariamente pela compreensão de que, mais que categorias analíticas isoladas, discussões articuladas entre gênero e deficiência, fazem emergir uma série de problemáticas que permeiam a vida destas mulheres, gerando dessa forma, múltiplos olhares, e, conseqüentemente, múltiplos objetos investigativos.

Referências

- Abrahão, M. H. M. B. (2003). Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. *Revista História da Educação*, 7(14), p. 79-95.
- Araújo, M. de F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), p. 41-52.
- Bezerra, A. V. (2021). O capacitismo na experiência feminina: a trajetória de uma estudante cega no ensino superior.
- Constantino, C., & Luiz, K. G. (2020). Direitos Sexuais e Reprodutivos. In Coletivo Feminista Helen Keller. *Mulheres com deficiência: garantia de direitos para exercício da cidadania*. [S. l.]: A Organização.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5555908/mod_resource/content/2/Coletivo%4520Hellen%20Keller%3B%20Mulheres%20com%20Defici%C3%Aancia%20Garantia%20de%20Direitos%20para%20Exerc%C3%ADcio%20da%20Cidadania..pdf
- Diniz, D. (2007). O que é deficiência? [ebook]: Editora Brasiliense.
<https://www.passeidireto.com/arquivo/42459112/diniz-d-o-que-e-deficiencia>

- Farias, A. Q. (2017). Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência. [Tese (Doutorado em Educação) UFPB/CE. João Pessoa].
- Farias, A. Q. (2020). Para o que quero ver além: deficiência visual e empoderamento feminino. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9(2), p. 115.
- Gesser, M., Block, P., & Mello, A. G. (2020). Estudos Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In M. Gesser, G. L. K. Böck, & P. H. Lopes. Estudos da Deficiência. Curitiba: CRV editora.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 35(3), p. 20-29.
- Gomes, E. P., Mendes, J. M. R., Almeida, J. R. de S., Duarte, H. A., Vieira, V. R., & Freire, M. A. M. (2021). Processos de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior: Uma revisão sistemática. *Research, Society and Development*, 10(8), p. e11910816977-e11910816977.
- Marchesan, A., & Carpenedo, R. F. (2021). Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. *Revista Trama*, 17(40).
- Onofre, E. G., Almeida, T. V. G. de, Azevedo, P. V. G. de, & Alexandrino, V. P. (2021). A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: o programa tutorial especial da Universidade Estadual da Paraíba, Brasil, em foco. *Revista Argentina de Educación Superior*, 13(22), p. 63-74.
- Segato, V. M. (2019). Biopoder e desigualdade de gênero: A sujeição docorpopfeminino. *Intertem@*, 37(37).
- Silva, A. L. de B., Sousa, S. C. de, Chaves, A. C. F., Sousa, S. G. da C., Andrade, T. M. de, & Rocha Filho, D. R. da (2019). Importância da extensão universitária na formação profissional: Projeto Canudos. *Rev. enferm. UFPE on line*, p. 1-8.
- Silva, J. S. S. (2020). A sombra da discriminação e as barreiras de gênero no cotidiano de mulheres com deficiência na universidade. *Revista Educação Especial*, 33, p. 1-24,
- Silva, J. S. S. da, & González-Gil, F. (2017). Acessibilidade, Gênero e Educação Superior: Indicativos Procedentes das Investigações Científicas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(4).
<https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000400010>